



CÂMARA DOS DEPUTADOS

## COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

### SUBSTITUTIVO ADOTADO PELA CE

**AOS PROJETOS DE LEI Nº 2.962, DE 2004; Nº 4.044, DE 2004; Nº 1.082, 2007; Nº 2.862, DE 2008; E Nº 4.922, DE 2009.**

Dispõe sobre a adoção e uso de livro didático no ensino fundamental e médio.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É vedada a substituição de livro didático adotado nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio durante o período de três anos contado a partir de sua adoção.

§ 1º Os sistemas de ensino, à luz de imperativos de ordem pedagógica e em face da diversidade dos componentes curriculares, poderão autorizar a substituição de livro didático em prazos diferenciados do previsto no *caput*.

§ 2º No âmbito dos programas suplementares de distribuição de material didático executados pelo Poder Público, é obrigatória a reposição de livros extraviados, ainda que em período inferior aos três anos previstos para a utilização de determinado título.

Art. 2º É vedada a adoção de livros didáticos descartáveis ou cuja concepção impeça a sua reutilização nos anos subsequentes ao da adoção, a partir do quinto ano do ensino fundamental e em todo o ensino médio.

Parágrafo único. Os sistemas de ensino, excepcionalmente, por razões comprovadas de ordem pedagógica, poderão



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

autorizar a utilização de livros que contenham atividades e exercícios neles diretamente realizados.

Art. 3º Os sistemas de ensino promoverão a análise e avaliação dos livros didáticos adotados pelos estabelecimentos de ensino deles integrantes.

Art. 4º O art. 10 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que “*Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional*”, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso:

“Art. 10.....

.....

*VIII – avaliar a qualidade do material didático-escolar adquirido com recursos constitucionalmente vinculados à manutenção e desenvolvimento do ensino para uso dos estabelecimentos do seu sistema de ensino.”(NR)*

Art. 5º O art. 11 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que “*Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional*”, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso:

“Art. 11.....

.....

*VII – avaliar a qualidade do material didático-escolar adquirido com recursos constitucionalmente vinculados à manutenção e desenvolvimento do ensino para uso dos estabelecimentos do seu sistema de ensino.”(NR)*

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala da Comissão, em 15 de julho de 2015.

Deputado **SARAIVA FELIPE**  
Presidente